

# ESTADO DE SÃO PAULO

# *Economia preocupa Sarney*

25-5-75

Para o senador José Sarney, a distensão deve ir até o ponto em que não ponha em risco o modelo econômico, "e não o ultrapasse". Em termos realistas, acredita que se chegou ao seu limite e qualquer avanço agora envolve risco de crise: "Não se pode sobrepor uma crise institucional a uma crise econômica".

O representante da Arena maranhense aponta a existência de leis de exceção em quase todo o mundo de hoje, "uma vez que a violência serve as minorias como poderosa força de pressão e conturbação".

No caso brasileiro, especificamente, reconhece que o Ato 5 é um instrumento de exceção, mas de aplicação restrita: "Só

pode ser utilizado em casos de segurança nacional e corrupção". A seu ver, o arcabouço do Estado de Direito continua.

Sarney é de opinião que o presidente Geisel fez em um ano, em termos de institucionalização e abertura, o que não se faria senão em um governo. "Foi o presidente — prossegue — quem propôs uma superação dos antagonismos e uma união realista para que o poder político civil, unido, possa encontrar uma solução que libere as Forças Armadas da missão de exercer o poder político".

Sarney identifica nesse ponto o grande erro do MDB: "Em vez de aceitar a conciliação, o MDB partiu para a confrontação, achando que podia trans-

formar o debate político numa ampliação da campanha eleitoral e julgar a Revolução e até mesmo as Forças Armadas. Esse fato, sem dúvida, criou uma profunda divisão no setor civil e manteve o impasse político".

A solução que o senador maranhense aponta para a crise institucional brasileira é a formação de partidos legítimos, "pois só se pode exercer o poder no Estado moderno por meio de mecanismos organizados como os partidos políticos". Sarney reconhece que o MDB e a Arena não têm a estrutura necessária.

"Mas o MDB — ressalva — pelo menos foi legitimado nas eleições de 15 de novembro, enquanto a Arena continua a

ser um aglomerado de forças, muitas delas contraditórias, sendo governo sem ser governo, assumindo os onus e impopularidades e não recebendo nenhum instrumento eficaz para evitar o seu enfraquecimento".

O senador conclui com a tese de que tudo deva ser discutido dentro dos partidos, organizados segundo uma estrutura democrática, de baixo para cima e com representatividade. Mesmo as reivindicações específicas, como as das classes econômicas, devem ser encaminhadas por meio deles, que precisariam constituir a força de pressão da democracia. "Sem o poder civil fortalecido será difícil voltar ao pleno Estado de Direito", conclui.